

1º de Maio será o dia da virada contra a política neoliberal de FHC

Foto: Fernando Rodrigues



Lula fala, na Vila Euclides, em uma das maiores manifestações contra a política econômica da ditadura

Salário mínimo digno é eixo de luta do PT

Se neste 1º de Maio um dos eixos será a luta pelo mínimo de R\$ 180, o PT tem história para contar. Em 1994, o Partido apresentou no Congresso o projeto que elevava o salário mínimo para valor equivalente a US\$ 110, de autoria do deputado federal Paulo Paim. Embora aprovado, o projeto foi vetado logo depois pelo presidente FHC. "Refizemos o projeto e o estendemos para os 18 milhões de aposentados e ele teve que sancionar", lembra Paim.

Depois disso, FHC não permitiu que o Congresso definisse o valor do mínimo. Com uma maioria em que o PFL era importante, o presidente sempre conseguia barrar o projeto petista de manter o mínimo equiparado a 100 dólares. Em 1998, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a chamada urgência urgentíssima para votar o projeto de Paim. "Já se passaram dois anos e o projeto ainda está na Casa", conta o deputado.

Hoje, depois de cinco anos, o PT pode conseguir aprovar o mínimo equivalente a US\$ 100 e vencer o bloqueio armado por FHC e o PFL. Mas isso só será possível com a força das manifestações.

Vai ser o 1º de Maio da virada. Essa é a aposta de todos que estão preparando em todo o Brasil atos para o Dia Internacional do Trabalhador. Vai ser da virada porque nesse 1º de maio a grande maioria da população brasileira estará manifestando seu repúdio à política neoliberal do presidente FHC.

Este ano será lembrado outro 1º de Maio, realizado há 20 anos no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP), quando Lula liderava uma das maiores greves contra a política econômica da ditadura que atormentava a vida dos trabalhadores naquela época. Não por acaso, no mesmo ano foi criado o Partido dos Trabalhadores. Lula e lideranças de todo o país perceberam que era preciso um novo instrumento de luta para os trabalhadores transformarem a sociedade.

Simbolicamente, neste ano 2000, os trabalhadores voltam a ocupar o estádio da Vila Euclides para um novo 1º de Maio. Agora, a luta é pelo do salário mínimo de R\$ 180, por aumento geral de salários; redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução de salário. Se há 20 anos, os trabalhadores lutaram contra a ditadura por liberdade sindical e democracia, hoje eles defendem os direitos trabalhistas como férias e 13º salário, defendem o serviço público e combatem as privatizações que entregam o

patrimônio do povo ao capital estrangeiro. Hoje, o 1º de Maio defende o direito ao emprego, tão ameaçado por FHC.

Desde já nas ruas

"Vamos fazer o maior 1º de Maio da história do Brasil", afirma o presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu. Só que o líder petista lembra que para isso acontecer é preciso que o partido esteja desde já nas ruas. "Todos os diretórios municipais devem promover agora atividades; os diretórios regionais devem planejar atos contra o desemprego e por aumento de salário, até chegarmos a um grande 1º de Maio", explica Dirceu.

"Creio que o ato pode se transformar numa das maiores manifestações contra o projeto neoliberal que já se viu. Só que, para isso, o movimento sindical e o PT precisam se esmerar na convocação dos trabalhadores", diz o líder petista Luiz Inácio Lula da Silva.

As condições para grandes manifestações no 1º de maio existem e o Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania, entidade que reúne sindicatos, partidos de oposição e outras organizações, está preparando em todo o país esses atos. "Vamos transformar a indignação popular em movimento de massa e, para isso, precisamos trabalhar mais do que o ano passado", fala Sandra Cabral, dirigente nacional da CUT e da

coordenação do Fórum de Luta. A previsão é de que grandes manifestações devem ocorrer em todo o país, canalizando o protesto da população contra os seguidos escândalos de corrupção e contra a política de miséria do governo FHC.

Revolta contra o mínimo

"Está havendo um processo natural de revolta da população contra essa política de FHC e a simbologia disso tudo é o salário mínimo", avalia o deputado Paulo Paim (PT-SP), autor do projeto que aumenta o mínimo para valor equivalente a 100 dólares (veja matéria nesta página). É evidente para todo mundo quem é o governo e que o país está no fundo do poço", diz o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Há 20 anos, Vicentinho era metalúrgico em São Bernardo e fazia a segunda greve de sua vida. Ele lembra que as manifestações servirão para outro objetivo: "este também é um ano eleitoral e o 1º de Maio também serve para dar uma 'dica' para as pessoas. Quase tudo da política tem consequência em nossas vidas". Vicentinho lembra também que em todo o país devem ser organizados atos no 1º de Maio. "Que em cada lugar se sinta o pulsar da luta de nosso povo", afirma.

O debate sobre o salário mínimo, as denúncias de corrupção que surgem cada vez mais na imprensa, o teto salarial que ultrapassa R\$ 20 mil são fatos que despertam cada vez mais a consciência da população para a política de miséria de FHC. O governo que se recusa a subir para R\$ 180 o salário mínimo é o mesmo que privatiza, que tenta acabar com conquistas históricas dos trabalhadores.

Novo período

"Será um 1º de Maio que marca um novo período, contra as políticas neoliberais do governo", explicou o secretário nacional sindical do PT, Marcelo Sereno. "Será a retomada das lutas e da unidade com o movimento popular", fala Vicentinho. Daí se entende a preocupação de José Dirceu em colocar o PT nas ruas desde já, preparando o clima para maio.

Foto: Parizotti



Manifestação em frente à sede do Banespa contra a privatização do banco

PT assume plebiscito sobre privatização do Banespa

O PT vai defender a realização de um plebiscito para que a população do Estado de São Paulo decida se é a favor ou não da privatização do Banespa. O compromisso foi assumido no dia 14 de março pelo presidente nacional do partido, deputado federal José Dirceu, durante manifestação no Centro de São Paulo.

A manifestação, em frente ao edifício sede do banco, foi organizada pelo Comando Nacional Banespa - CUT, do qual fazem parte, entre outros, o sindicato dos Bancários de São Paulo e a Associação dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Afubesp).

Mais de 500 pessoas participaram do ato. Além de José Dirceu, também estiveram presentes a deputada federal Iara Bernardi (PT-SP); o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP); e os deputados estaduais José de Filippi Junior (PT); Jamil Murad (PC do B) e Salvador Khuryeh (PDT).

Foi também distribuído um manifesto dos banespianos questionando a privatização do banco, a única instituição financeira presente em 93 municípios do Estado. Prevê-se que com a privatização, várias dessas

agências serão fechadas. O documento defende o Banespa público para investir na produção. Foi lançado na ocasião um abaixo-assinado requerendo a realização do plebiscito.

Os funcionários do Banespa deram início a uma vigília contra o processo de privatização.

Bancários ocupam prédio central do Banespa

No mesmo dia, durante a tarde, a Afubesp, com apoio de outros sindicatos e parlamentares, ocupou o edifício central do Banespa para distribuir rosas aos funcionários, passar abaixo-assinado pedindo plebiscito e entregar notificação ao presidente do banco, Eduardo Guimarães, exigindo providências sobre o Fundo de Pensão dos funcionários que vem sofrendo alterações prejudiciais aos aposentados.

A notificação acompanha um dossiê do conjunto de ações lesivas ao patrimônio público praticadas no processo de federalização e privatização do banco, "e todo o prejuízo causado aos funcionários e acionistas minoritários do Banespa tipificam crimes legalmente instituídos e pelos quais os responsáveis devem ser apenados."

Plebiscito questiona neoliberalismo

Entidades promoverão durante a semana da Pátria, de 2 a 7 de setembro, o Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa. O PT, que também participa da organização, defende a realização do Plebiscito para que a população brasileira opine sobre três questões: o acordo do Brasil com o FMI, a dívida externa e a dívida interna.

A Comissão Executiva Nacional (CEN) do Partido assumiu o compromisso por acreditar que esse questionamento à sociedade significa um grande trabalho de educação popular e de conscientização da população de que uma das causas de seus problemas é a dívida externa. Para o PT, a realização do Plebiscito leva o debate para a opinião pública e para os movimentos populares retornando o modelo

econômico neoliberal.

O sucesso do Plebiscito servirá, também, como pressão por uma auditoria pública da dívida externa e interna, bem como para fortalecer as propostas de controle à circulação do capital financeiro.

Viabilizar

A proposta é recolher milhões de votos de brasileiros. Mas, para que isso ocorra, garantem os organizadores, é necessário o envolvimento de todas as entidades comprometidas com o fim da exclusão social. A CEN designou dois responsáveis pelo acompanhamento do processo de organização da consulta popular: Valter Pomar e Flávio Jorge. Mas, "o sucesso da nossa participação depende da integração de todos os diretórios regionais e

municipais, nossos governos e parlamentares, bem como nossos candidatos a prefeito, vice e vereador", salienta Pomar, 3º vice-presidente nacional.

Para viabilizar o Plebiscito, serão colocadas urnas nas igrejas, sedes de movimentos sociais, sedes partidárias, escolas, praças públicas, empresas, enfim, todos os locais possíveis.

De acordo com Pomar, o Plebiscito deve estar inserido na agenda de lutas deste ano, ao lado de atividades como: a Marcha Indígena, parte da campanha dos Outros 500, 1º de Maio, a Marcha Mundial das Mulheres, o Grito dos Excluídos, a Campanha da Fraternidade Ecológica, a agenda do Fórum Nacional de Luta, além de mobilizações específicas dos trabalhadores rurais, da Central de Movimentos Populares e da

UNE, dentre outras.

A organização da campanha tem a seguinte estrutura: Plenária Social do Plebiscito, Coordenação Nacional, Secretaria Nacional (com sede no Setor Pastoral Social da CNBB), plenárias e comissões estaduais, a serem constituídas por entidades de cada região do País; e comitês locais. Dentre as entidades que promovem o Plebiscito estão a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Central de Movimentos Populares (CMP), União Nacional dos Estudantes, Contag, MST, Movimento de Pequenos Agricultores. Além do PT, outros partidos do campo democrático-popular, também estão engajados.

É MAIS

Berzoini fala sobre a privatização do Banespa

página 3

Livros da Perseu Abramo são indicados ao Jabuti

página 4

DEBATE

Banespa é patrimônio do povo

Recentemente, pudemos ler um artigo do tucano Bresser Pereira intitulado "Banespa e interesse nacional". Quem leu, não pôde deixar de se surpreender. Bresser desfiou frases como:

"O liberalismo econômico é muito bonito em teoria, mas que, na prática, nenhum país desenvolvido o pratica integralmente". Ou: "os franceses defendem suas empresas, os alemães defendem suas empresas, etc."

Os argumentos vão na direção de questionar a desnacionalização e já constituem uma boa dose de autocritica em relação ao radicalismo neoliberal que domina o pensamento do governo. Mas uma das frases do texto merece uma reflexão um pouco além do debate sobre a desnacionalização do sistema financeiro.

"Banco não é uma empresa como as outras. Banco cria moeda, só pode fazê-lo em nome do Estado. Banco rola a dívida pública... Os bancos são depositários da poupança nacional." Muitos dos argumentos são exatamente os mesmos usados pela oposição durante tanto tempo, em tantos processos de privatização.

Outro tucano, governador de São Paulo, que aceitou as condições impostas pela equipe econômica para a renegociação da dívida e a federalização do Banespa, disse à imprensa: "o Banespa tem muita simbologia para mim e para nós de São Paulo".



Há que se aprofundar: o Banespa não é um banco como os outros. Como assim? Bancos privados operam de acordo com o interesse de seus controladores. Buscam o lucro, maximizam essa busca e, quase sempre, atropelam o interesse público em nome da rentabilidade. É da natureza do capital essa busca e quando se fala em capital financeiro isso é superlativo. Se um banco tem sede no país e seus acionistas controladores têm seu patrimônio predominantemente aqui, é provável que tenha mais compromisso com a moeda nacional que outro que seja

sediado em Londres, Paris, Nova Iorque ou Tóquio. Mas, do ponto de vista do interesse público, na área do crédito, da disputa pela captação e aplicação de recursos, na alocação de serviços bancários e similares é fundamental o setor público no sistema financeiro. O sistema pode e deve ser assentado no tripé bancos públicos, bancos privados nacionais e bancos estrangeiros. O Banespa, além de representar cerca de 5% do mercado, desempenha um papel determinante na economia de São Paulo, em especial junto aos setores pequeno e médio. Responde sozinho por mais

de 40% do crédito agrícola no Estado. Quem vai assumir esse papel? É possível acreditar que, privatizado, o Banespa continuará a financiar os pequenos e médios? Não foi o que ocorreu com o Banerj, depois da venda ao Itaú.

As circunstâncias que levaram à crise do Estado de São Paulo contaminaram a situação patrimonial do Banespa. Uma dívida de R\$ 9 bilhões chegou a mais de R\$ 25 bilhões por conta da ensandecida política de juros de FHC/Malan e pela demora na negociação. Covas se omitiu vergonhosamente e aceitou o jogo da federalização. A

questão que se coloca é o que se pode fazer para evitar a privatização do banco, que longe de solucionar o problema, vai apenas repetir o desmonte ocorrido no caso do Banerj, entre outros. Além dos milhares de empregos que serão destruídos, toda uma estrutura de crédito e serviços que não é compatível com o interesse privado está em risco.

O Banespa tem 90 anos e, como disse Covas, ainda que duvidemos de sua sinceridade, detém uma simbologia inigualável para o povo de São Paulo. Sua privatização representa, sem exagero, algo similar à morte dessa instituição. A

privatização acarretará ao conteúdo simbólico e efetivo do Banespa o mesmo que se deu em relação ao Banerj no Rio de Janeiro. Mas, o que fazer? Desde 1994, os funcionários do Banespa desenvolveram uma proposta de gestão, cuja essência é o controle público da gestão e a retirada da autonomia absoluta do poder executivo estadual na gestão dos recursos. Esse modelo visa preservar o caráter público da instituição, seu papel de financiamento das atividades de interesse popular e do Estado, mantendo a influência do governo legitimamente eleito, mas com um sistema diretivo que contemple os segmentos da sociedade e da economia, como os trabalhadores, urbanos e rurais, pequenos e grandes empresários de vários segmentos e outros interessados. Esse sistema diretivo é a garantia, com a participação majoritária de integrantes não governamentais na diretoria, de que o banco não voltaria a ser usado para operações de interesse partidário ou de grupos.

O Banespa, aos 90 anos de vida, e com a história que foi construída em torno de si no Estado de São Paulo e no Brasil, deve ser preservado para que São Paulo possa continuar sendo um Estado soberano e com instrumentos efetivos de política econômica e social.

Ricardo Berzoini é deputado federal PT/SP

Bancada petista defende dinheiro de sonegação rural para o salário mínimo

O vice-presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que estuda o salário mínimo, deputado Paulo Paim (PT-RS), vai propor que o governo federal confira o cadastro de propriedades do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para arrecadar R\$ 2,5 bilhões em sonegação de fazendeiros. Para ele, esse dinheiro poderia ser uma das formas de se garantir o aumento do salário mínimo. Paim apresentou na comissão várias propostas para ampliar a receita do governo e garantir o aumento.

A comissão já encampou outras propostas do petista, como a taxa dos lucros líquidos dos bancos, a cobrança de dívidas do Imposto de Renda e do dinheiro emprestado pelo governo a bancos particulares por meio do Proer.

De acordo com o deputado petista muitos fazendeiros declaram propriedades menores para o Incra, para pagar menos IPR. No entanto, um cadastro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) mostra que as propriedades são muito maiores do que as

declarações feitas ao Incra. "Se formos comparar os dados, vai aparecer a verdadeira propriedade da terra", declarou.

O deputado também está alerta para a possibilidade do governo federal apresentar uma Medida Provisória definindo o percentual de reajuste do mínimo antes do final dos trabalhos da comissão. Seria uma forma de se antecipar a qualquer proposta aprovada pelos parlamentares que se

aproximasse do valor de R\$ 180,00. "Se o PFL ficar com a gente, podemos até derrubar essa eventual Medida Provisória", falou.

Paim apresentou, em 1995, o projeto que elevava o mínimo para o equivalente a 100 dólares. "Agora todo mundo está querendo ser o pai da criança", disse o parlamentar, se referindo aos projetos semelhantes apresentados por outros partidos, o último dos quais pelo PFL.

PT quer impedir teto duplex

O deputado Geraldo Magela (PT-DF) anunciou que "a bancada do PT fará tudo para impedir o teto duplex" no serviço público. Ele se refere à possibilidade de os ocupantes de cargo eletivo e em comissão ultrapassarem o teto fixado semana passada em R\$ 11.500 e receberem até R\$ 23 mil, entre salário e aposentadoria. O PT "vai obstruir na comissão especial e no plenário", afirmou, se a duplicidade do teto for mantida. A acumulação "é imoral, desmoraliza o Congresso e o PT não a aceitará passivamente". Magela também cobrou do presidente do Congresso,

senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), a participação no acordo que definiu o valor do teto. "ACM concorda com essa imoralidade", afirmou, depois de ter defendido que primeiro se definisse o reajuste do salário mínimo e só então se chegaria a um acordo sobre o teto. E o desafiou a colocar em votação a medida provisória (MP nº 1.933-10) que estabelece o salário mínimo em R\$ 136. Seria a forma de garantir o seu reajuste para o equivalente a US\$ 100. Magela também lembrou a situação do servidor público, "que vai para o sexto ano sem reajuste".



Lula reunido com vereadores do PT, na Câmara Municipal de São Paulo

Para liderança do PT "malufismo exporta tecnologia de corrupção"

A rede de corrupção identificada com as denúncias feitas por Nicéa Camargo, ex-mulher do prefeito de São Paulo, Celso Pitta, começa a ser apurada. A seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) aprovou em 20 de março um pedido para que a Câmara Municipal da cidade vote o impeachment do prefeito.

O PT apresentou o projeto de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias feitas por Nicéa e que envolvem 30 vereadores que apoiam o prefeito, secretários e figuras públicas como ex-prefeito Paulo Maluf (PPB) e o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

A extensão da rede de

corrupção pode alcançar vários pontos do país. Para investigar essa possibilidade, parlamentares do PT apuram diversas denúncias. Em Salvador, o vereador Zezéu Ribeiro, do PT de Salvador, na Bahia, quer apurar irregularidades que envolvem a empresa Payter, ligada ao grupo OAS. A Payter doou R\$ 300 mil para a campanha de Celso Pitta em 1996. Já em Florianópolis, a deputada estadual Ideli Salvatti (PT/SC) está apurando a venda de letras do tesouro da Prefeitura de São Paulo para financiar a campanha da prefeita Ângela Amin (PPB), em 1996.

Para o vereador José Eduardo Martins Cardozo (PT/SP), líder da bancada na Câmara de São Paulo, parece

claro que "o malufismo exportou para outras cidades a tecnologia de corrupção por meio dos precatórios." José Eduardo insiste na importância de investigar essa rede nacional de corrupção tanto nas administrações locais, quanto no Congresso Nacional. O vereador faz coro com Aloízio Mercadante, líder da bancada do PT na Câmara Federal, que considera importante a aprovação em Brasília de uma "CPI do Roubo do Dinheiro Público", pois "a corrupção no orçamento e as dívidas da cidade de São Paulo são suficientes para comprometer parcelas significativas do orçamento da União."

CULTURA

Livros da Perseu Abramo são indicados ao Prêmio Jabuti



A Editora Fundação Perseu Abramo (FPA) tem cinco livros indicados para o Prêmio Jabuti 2000.

A FPA é vinculada ao PT e há três anos publica obras de qualidade nos campos teórico, jornalístico e investigativo, bem como coleções populares de divulgação sobre temas de destaque na realidade brasileira.

Os cinco livros indicados para o Jabuti representam 50% dos títulos publicados pela Editora em 1999.

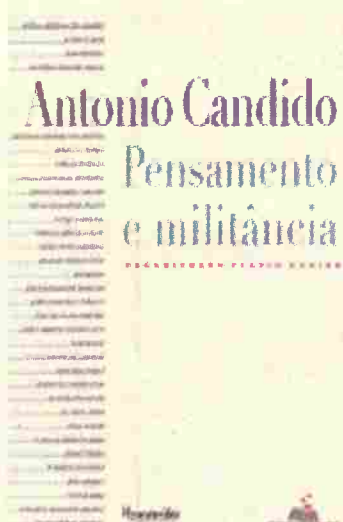
Além disso, é significativo o fato de ter sido a quinta editora que mais recebeu indicações para o Prêmio, ficando atrás apenas de outras quatro (Companhia das Letras, Record, Edusp e Ática), todas bem maiores e bem mais antigas no setor.

Criado em 1958 pelo escritor Edgar Cavalheiro, então presidente da Câmara Brasileira de Livros (CBL), o Prêmio Jabuti chega ao ano 2000 como a mais importante

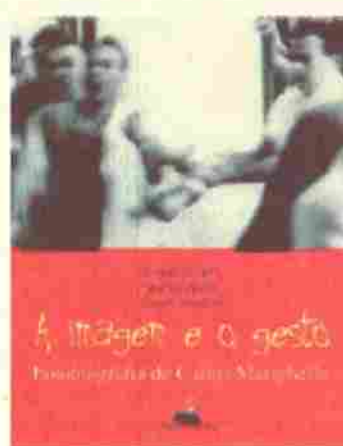
premição do ramo editorial no Brasil. Neste ano, vai distinguir dezesseis categorias de livros com a estatueta do Jabuti, animal escolhido por simbolizar a sabedoria, no folclore brasileiro de origem indígena.

Os primeiros colocados em cada categoria serão conhecidos em 28 de abril. Os cinco livros da Editora Fundação Perseu Abramo indicados para o troféu neste ano são:

Dos filhos deste solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio (categoria Reportagem)



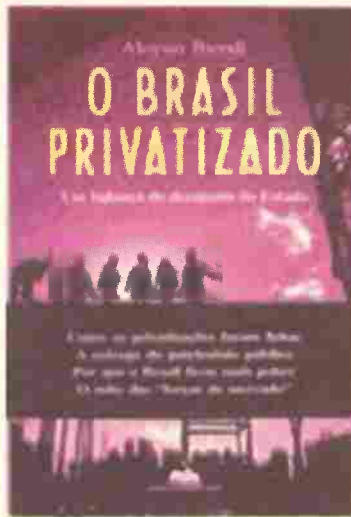
Antonio Candido – Pensamento e militância, organizado por Flávio Aguiar (categoria Ensaio e biografia)



A imagem e o gesto – Fotobiografia de Carlos Marighella, de Gilberto Maringoni, Márcia Camargo e Vladimir Sacchetta (categoria Ensaio e biografia)



Brava gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, de João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes (categoria Reportagem)



O Brasil privatizado, de Aloysio Biondi (categoria Economia, Administração, Negócios e Direito)

Mulheres lançam Marcha contra a violência e a pobreza

A Bolsa de Valores de São Paulo, em 8 de março, ouviu um barulho diferente do que de seus costumeiros pregões. Foi o panelaço que marcou o Dia Internacional das Mulheres, realizado em frente ao prédio da Bolsa, no centro da cidade, por volta do meio-dia. O ato foi organizado pelo Comitê Estadual da Marcha Mundial das Mulheres, que começou em várias cidades do mundo e terminará em 17 de outubro.

Depois do panelaço, prática comum nos movimentos contra a carestia dos anos 70, as manifestantes foram até a praça Ramos de Azevedo, no centro de São Paulo, onde realizaram um ato de



lançamento do abaixo-assinado contra a pobreza e a violência sexista.

Estavam previstas também, entre outros locais, manifestações no Rio de Janeiro; em Porto Alegre e várias cidades do interior do Rio Grande do Sul; no sertão pernambucano, interior paulista e em Belo Horizonte. A Marcha foi organizada em 146 países e o objetivo é coletar assinaturas que serão entregues ao secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Dois dias antes, em 15 de outubro, delegações de mulheres de todo o mundo realizarão uma manifestação em Washington, nos Estados Unidos.

Pesquisa aponta Lula na frente para a Presidência

Se a eleição para a Presidência da República fosse hoje, o líder do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, seria eleito com 21% dos votos. A constatação foi feita pela pesquisa do Ibope, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na mesma pesquisa, Lula também é apontado como o político mais honesto, com 12% das indicações dos 2 mil pesquisados em todo o País.

Na divulgação da pesquisa, os telejornais de ontem procuraram mostrar que o presidente FHC "melhorou" na pesquisa ao ter seu índice de "ótimo" e "bom" passado de 17% em novembro para 20% em fevereiro. No entanto, FHC ainda continua rejeitado. O Ibope constatou que 39% dos entrevistados consideram seu governo "ruim" ou "péssimo". Outra pesquisa, também feita em fevereiro deste ano, apurada pelo instituto Vox Populi, indica que o governo foi desaprovado por 56% dos entrevistados e atingiu um índice de desconfiança de 61%.

Perfil

Na pesquisa CNI/Ibope, Lula, além de ser apontado como o mais honesto, também foi considerado o mais preocupado com o social (21%); o mais firme e decidido (18%); o mais ousado (23%) e o mais preocupado com o desenvolvimento (18%).

Na preferência dos pesquisados pelo Ibope para eleger o próximo presidente da República, depois de Lula (21%), vem o ex-governador do Ceará Ciro Gomes, do PPS, com 13%.

Na terceira colocação ficaram empatados com 7% das indicações o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL); o governador de Minas Gerais, Itamar Franco (sem partido); e o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf (PPB). A governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), ficou com 6%; o governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PDT), atingiu 5% e o ministro da Saúde, José Serra, do PSDB, partido do presidente, conseguiu apenas 2% da preferência dos entrevistados.

MST faz campanha em defesa de José Rainha

O coordenador nacional do MST João Pedro Stédile está divulgando carta onde pede a solidariedade para um dos líderes do movimento, José Rainha, que será julgado por homicídio no dia 3 de abril, em Vitória, Espírito Santo. A campanha será por meio de apoios a Rainha e pedidos de um julgamento imparcial remetidos ao governo e à Justiça.

José Rainha Junior foi condenado num primeiro júri a 26 anos de prisão sem que fossem apresentadas provas contra ele. "Neste momento, onde o governo brasileiro acirra sua repressão policial contra os trabalhadores, gostaríamos de contar (...) com todo tipo de manifestação de solidariedade que vocês possam expressar tanto ao Zé Rainha como à luta pela Reforma Agrária", diz Stédile na carta. O documento sugere todo tipo de apoio, seja através de cartas, faxes, e-mails, presença física, artigos, textos, shows, manifestações populares ou abaixo-assinados.

Endereço para manifestações de solidariedade:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, alameda Barão de Limeira, 1232, CEP 01.202-002, São Paulo. Telefone/fax: (0XX11) 3361-3866. E-mail: sdh@mst.org.br

Pedidos por um julgamento imparcial e justo: **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**, juiz Ronaldo Gonçalves; rua Pedro Palácios, 105, Cidade Alta, CEP 29.015-160, Vitória, Espírito Santo. Telefone (0XX27) 222-3852. O tribunal não possui correio eletrônico.

Ministério da Justiça, ministro José Carlos Dias, Esplanada dos Ministérios, bloco T, 4º andar, CEP 70.064-900, Brasília, Distrito Federal. Telefone/Fax: (0XX61) 321-1565. Telefone: (0XX61) 226-2291. E-mail: acs@mj.gov.br

Presidência da República, presidente Fernando Henrique Cardoso, praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 3º andar, CEP 70.150-900, Brasília, Distrito Federal. Telefone/Fax: (0XX61) 322-2314. Telefone: (0XX61) 411-1169. E-mail: pr@planalto.gov.br

PT fica com presidência das Comissões de Educação e Direitos Humanos

Os líderes partidários reuniram-se na última semana, na Presidência da Câmara, para definir os partidos que presidirão cada uma das comissões permanentes da Casa.

Ficou definido que o PT ficará com a presidência das Comissões de Educação e Direitos Humanos.

O PT já definiu nomes para as presidências das Comissões. Educação ficou com Pedro Wilson (GO) e Direitos Humanos com Marcos Rolim (RS).

NOTAS



Formação e GTE lançam Cartilha para candidatos

A Secretaria Nacional de Formação Política do PT e o Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) estão lançando a cartilha "Roteiro e Dicas - organizando uma campanha petista de vereador e vereadora". Este trabalho é um resumo do material produzido pelo GTE de 1996, com textos de Justino Pereira, Eder Shell Paschoal, Beto Bastos e Rogério Sefilli.

O objetivo da Cartilha é auxiliar as campanhas proporcionais em questões bastante concretas de um processo eleitoral como a definição de metas, planejamento, orçamento, montagem do comitê, materiais de campanha. Contém também "dicas" jurídicas e "dicas" para alguns perfis de candidaturas (mulheres, negros e negras, entre outras).

"Roteiro Básico e Dicas" é de fácil entendimento, em material de qualidade gráfica, para possibilitar o uso em longa escala nesta campanha.

Este material poderá ser adquirido pelo custo unitário de R\$ 1,00 para os DR's, sendo destas instâncias a responsabilidade de frete.

Solicitamos que os responsáveis pelas campanhas nos Estados entrem em contato com a SNF ou o GTE para definir a quantidade de cartilhas necessárias. O público alvo são os vereadores e seus principais apoiadores.

A cartilha poderá ser encomendada pelo telefone (0xx11) 233-1310, com Jussara.



Fundação Abrinq premia Prefeito Criança

A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança aceita fichas de inscrição até 31 de março para o Prêmio Prefeito Criança 2000.

O Prêmio contempla 20 municípios que aderiram à Rede Prefeito Criança, com destaque para os cinco que alcançaram os melhores resultados quantitativos e qualitativos na melhoria das condições de vida da população infanto-juvenil.

Serão considerados para a premiação critérios como: o

impacto das realizações da gestão municipal na melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes; os avanços na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente; a integração dos órgãos da administração municipal na prioridade à infância; a ampliação da relação entre o poder público municipal e a sociedade local; e o grau de fortalecimento dos Conselhos Municipais.

Entre os premiados em 1999, constavam sete prefeituras do PT, com destaque especial para as gestões de Raul Pont em Porto Alegre (RS) e Guilherme Menezes de Andrade em Vitória da Conquista (BA).



Carteira de Filiação é pré-requisito para as prévias

A partir deste ano, para participar dos encontros e prévias do Partido, o militante terá que possuir a Carteira Nacional do Filiado. A novidade tem gerado dúvidas e questionamentos.

De acordo com o secretário nacional de Organização, Sílvia Pereira, a obtenção da Carteira é feita a partir do preenchimento do Cadastro Nacional e da contribuição financeira ao Partido, correspondente a 1% do rendimento mensal do militante até o mês corrente, ou 10% do valor anual, se realizado em parcela única.

Pereira salienta ainda, que não haverá isenção de contribuição. O valor mínimo a ser contribuído, mesmo para quem não tem rendimentos, é de R\$ 5,00 anuais. "Em hipótese alguma o militante poderá ser dispensado destes pré-requisitos para participar da atividade partidária", garante o secretário.

O preenchimento do Cadastro Nacional do Filiado pode ser realizado no ato do credenciamento do encontro ou prévia. O fornecimento das fichas de cadastro e de responsabilidade dos diretórios regionais, que deverão remeter aos municipais, e estes últimos aos zonais.

Coligações e prévias

Outra questão que tem surgido diz respeito à realização das prévias nos diretórios municipais onde sejam propostas de coligação e de candidatura própria do Partido. Segundo Pereira, antes da realização da prévia eleitoral, o DM deverá realizar um encontro municipal para decidir sobre a tática eleitoral: coligação ou candidatura própria.

Uma vez resolvida esta questão, caso a opção seja por candidatura própria e havendo mais de um candidato ou candidata, o DM deverá abrir novos prazos para inscrição à prévia partidária.

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
 Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
 Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores
 Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
 São Paulo-SP - C/C nº 123456-0
 (envie xerox do comprovante)

Nome _____
 Endereço _____
 Profissão _____ Tel _____
 CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino
 Filiado ao PT: Sim Não